**REQUERIMENTO**

Até a publicação da Lei Estadual nº 8.533/2021, que reestruturou o Plano de Cargos e Carreiras da Educação, havia lacunas na tabela remuneratória, na medida em que algumas classe/níveis não possuiam a respectiva fixação.

Desta forma, em que pese o deferimento da evolução funcional para as classes/níveis não fixados, não houve qualquer incremento decorrente da citada progressão.

Vale salientar que já está em trâmite o processo administrativo n° 1800.001669/2021, que relata a diferença entre os valores efetivamente recebidos e aqueles aos quais os servidores teriam direito a receber, nos moldes acima descritos.

Em face do quantitativo de servidores atingidos pela situação, e, para prover maior celeridade no saneamento da irregularidade, foi orientada a instauração de processos individuais.

Assim, Eu JOAO XXX, pelos motivos supracitados, venho apresentar as Portarias em anexo, que comprovam a minha evolução funcional desde 2014, até a presente data, para fins de revisão dos valores recebidos.

* Em xxxx/201X – Portaria nº \_\_\_\_/201X – Progressão do Classe/Nível \_\_\_ para a Classe/Nível.
* Em xxxx/201X – Portaria nº \_\_\_\_/201X – Progressão do Classe/Nível \_\_\_ para a Classe/Nível

**Diante ao exposto**, venho por meio deste, REQUERER O PAGAMENTO DO RETROATIVO, em relação aos meses em que houve diferença salarial, entre os anos de 2014 a 2021, em conformidade com a Lei n° 8.533/2021.

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 10 de dezembro de 2021.

SERVIDOR

Documentos em anexo:

- Documentos pessoais

- Ficha funcional

- Portarias de progressão